



Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Usina Cerradinho S/A, realizada no dia 02 de abril de 2008, na cidade de Potirendaba.

Realizou-se, no dia 02 de abril de 2008, às 17 horas, no Centro de Eventos Seresteiros da Saudade, na Rua Ernesto Galbiate, 440, Parque Maracá, Potirendaba-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da Usina Cerradinho S/A. (Proc. SMA 13.651/2007). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Anízio Dezanetti, Vice-Prefeito do Município de Potirendaba, e do Secretário da Saúde de Potirendaba, Mauro Henrique Pavan –, do Poder Legislativo, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da Usina Cerradinho S/A. (Proc. SMA 13.651/2007). Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, o Assessor **Gilberto Gama**. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o **Secretário-Executivo** expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Passou-se à primeira etapa da audiência. **Rafael Queiroz**, representante da Usina Cerradinho apresentou o projeto, e o Eng^o **Homero Tadeu de Carvalho Leite**, representante da empresa de consultoria Proamb-Engenharia, responsável pela elaboração dos estudos, apresentou, com detalhes, o EIA/RIMA. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Ângelo Monteiro, representante da entidade João Paulo II, de São José do Rio Preto**, declarou: 1) que sempre teve dúvidas sobre os impactos causados pelas usinas de açúcar e álcool, e que, na sua opinião, o Estado de São Paulo já havia atingido seu limite, especialmente nesta região do Estado onde se pretendia ampliar este projeto, e que, inclusive, a população já vinha se queixando do clima que se tornara semelhante ao do deserto, depois do plantio intensivo de cana-de-açúcar; 2) que, embora a apresentação do EIA/RIMA tenha sido feita de forma bastante sucinta, solicitava fossem fornecidos alguns detalhamentos a respeito das nascentes presentes na região do projeto, considerando-se que nos últimos tempos tem ocorrido um grande número de soterramentos, comprometendo os já escassos recursos hídricos da região; 3) que não conseguia entender como uma atividade tão rica ainda utilizava técnicas tão rudimentares como as queimadas, um método antiquado e nocivo ao solo, ao ar, e aos animais, os quais acabavam, muitas vezes, se refugiando nas cidades para fugir do fogo, o que reforçava mais ainda suas dúvidas no que concernia aos impactos negativos referentes ao avanço ilimitado do setor sucro-alcooleiro no Estado de São Paulo; 4) que o plantio da cana vinha comprometendo o bioma mata atlântica e, também, o cultivo de outras culturas, o que pode levar ao desabastecimento de gêneros alimentícios, entre outros impactos negativos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. **Olívio Nunez de Souza, Secretário da Saúde do Município de São José do Rio Preto**, declarou que, depois de ler atentamente o RIMA deste projeto, surgiram algumas dúvidas que solicitava fossem esclarecidas: 1^a) que, com a ampliação da usina, como foi dito, haverá um aumento significativo na produção, pois, das 500 mil toneladas de cana moída atualmente, se passarão para 4 milhões, além da produção de 6 milhões de sacas, e que, para se alcançar essa produção, seriam contratados 2 mil e 500 trabalhadores diretos e 10 mil indiretos, e esse aumento populacional por certo exigirá melhoria dos serviços de infra-estrutura e de saúde, constatação esta que o levava a perguntar sobre o modo como essa mão-de-obra seria alojada, ou seja, se a empresa pretendia implantar algum projeto habitacional visando tal finalidade; 2^a) que, como se sabia, o Estado destinava verbas para serem usadas na área de saúde, e, com base neste dado, indagava se o Município de Potirendaba fora contemplado com estes recursos e se eles eram suficientes para atender essa demanda aumentada pelo contingente de trabalhadores que viriam para o Município; 3^a) que, com o incremento da produção, era esperado também que houvesse um aumento da ocorrência de acidentes no trabalho, tanto na lavoura como na área industrial, e por isso perguntava se a empresa elaborara projeto de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

prevenção de acidentes do trabalho; 4ª) que, considerando-se o crescimento do setor sucro-alcooleiro no Estado de São Paulo, a Secretaria de Estado da Saúde publicara duas resoluções, uma exigindo que os usineiros cadastrassem os alojamentos destinados aos seus trabalhadores, de modo a tornar exequível o monitoramento da qualidade da vida dessa população, outra exigindo fossem cadastradas as casas alugadas destinadas à moradia desses trabalhadores, e, dada à necessidade de cumprimento dessas exigências indagava se a Usina Cerradinho manteria algum tipo de alojamento para abrigar seus novos trabalhadores e se estes equipamentos seriam devidamente cadastrados e vistoriados. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em nome próprio. **Leonice Aparecida de Siqueira**, depois de cumprimentar os representantes desta empresa presentes na audiência, comentou: 1) que, com a vinda do Grupo Cerradinho para a região, a cidade havia crescido e se desenvolvido; 2) que, em virtude dos compromissos que esta empresa vinha assumindo, acreditava que qualquer impacto ao meio ambiente causado pela ampliação dessa usina seria devidamente sanado; 3) que, em virtude do aumento da arrecadação de impostos que essa ampliação acarretaria, parte deste montante deveria ser aplicado na área de saúde, e que cumprimentava a direção da empresa pela ampliação do empreendimento. Passou-se à etapa das réplicas. **Luiz Antonio Paiva, Diretor Agrícola do Grupo Cerradinho**, esclareceu: 1) que a substituição da queimada pela colheita mecanizada vinha sendo feita de forma gradativa, e que empresa previa que, a partir de 2010, dos 4 milhões de toneladas de cana a serem colhidas 3.120.000 seriam de cana crua, para a qual não havia necessidade de efetuarem-se as queimadas; 2) que, com a mecanização da lavoura, a tendência era que houvesse uma redução da mão-de-obra, e que se contraria somente aquela devidamente qualificada; 3) que seriam atendidas todas as disposições constantes nas legislações municipais, estaduais, federais e ambientais; 4) que, com relação às nascentes, a empresa desenvolvia projeto em parceria com a Escola de Agronomia Luiz de Queiroz-Esalq, *campus* de Catanduva, para recuperação de áreas de preservação permanente, com a implementação, entre outras medidas, da cobertura do solo com palha de cana e rotação de culturas, que muito contribuía para a diminuição do assoreamento das nascentes e dos rios; 5) que 80% da área destinada à cultura de cana-de-açúcar comportava pastagens e 20%, café e citros, e que, com a rotação prevista de culturas, 16% do percentual da área destinada à cultura da cana, seria utilizada para rotação de culturas, como soja e amendoim, o que iria ao encontro das necessidades sociais do cultivo de grãos; 6) que não haverá aumento na contratação de mão-de-obra, mas, sim, uma migração de funções, com a mudança do perfil do trabalhador, pois diminuirá o número de trabalhadores rurais e aumentará o de operadores de máquinas e motoristas; 7) que outra mudança se relacionava com o tipo de contratação, pois, em vez da modalidade sazonal, os contratos passariam a ser por tempo indefinido, motivo pelo qual a empresa estava adquirindo terreno para construção de moradias dignas para os trabalhadores; 8) que, com a mecanização da lavoura, se esperava se reduzisse a ocorrência de acidentes de trabalho, e que não houvesse um aumento; 9) que a empresa não oferecia alojamento para seus trabalhadores, e alguns deles moravam em casas alugadas, as quais eram vistoriadas freqüentemente pelo setor de recursos humanos da usina, mas que a empresa daria prioridade à contratação de mão-de-obra local. Depois de o gerente de recursos humanos da Usina Cerradinho esclarecer que havia uma equipe que se responsabilizava pelas vistorias nas casas dos trabalhadores e uma outra que tinha como tarefa tratar da prevenção de acidentes do trabalho, e que o investimento na área de segurança era muito alto, o que concorreu para que a Vigilância Sanitária de São José do Rio Preto, em recente inspeção às dependências da empresa, não constatasse nenhuma irregularidades, **Homero Tadeu de Carvalho Leite**, representante da Consultoria Proamb-Engenharia, ofereceu esclarecimentos pormenorizados: 1) sobre os impactos secundários que seriam provocados pela ampliação dessa usina; 2) sobre o projeto de reflorestamento que, elaborado em parceria com a Esalq, seria implantado; 3) sobre a prioridade que seria dada à contratação de mão-de-obra permanente e as providências que seriam adotadas para sua instalação adequada; 4) e sobre o incremento que ocorrerá na economia com o aumento da arrecadação dos impostos e, também, da verba destinada prioritariamente à saúde e à educação. **O Secretário-Executivo, Germano Seara Filho**, declarou que aquele que desejasse ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto poderia enviar sua colaboração ou questionamento, no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data dessa audiência, para a Secretaria-Executiva do Consema, através dos Correios ou protocolando-a diretamente nesse setor. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema lavrei e assino a presente ata.